Lula promete brigar para realizar reformas

Presidente diz que enviará as propostas de mudanças na próxima semana

Brasília - As reformas serão feitas, a despeito dos interesses contrariados de categorias como o funcionalismo público. Ao anunciar que pretende enviar na próxima semana ao Congresso as propostas de reformas tributária e previdenciária, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que a discussão não será fácil e avisou aos servidores que, embora tenha recebido dessa categoria uma grande votação, levará em conta que o Brasil tem 175 milhões de habitantes.

Ele acusou a esquerda de ser conservadora e de resistir às mudanças. Ao falar da reforma da Previdência e das aposentadorias dos funcionários públicos, Lula disse saber que foi eleito com um grande apoio da categoria, mas avisou que nem por isso vai "empurrar com a barriga" a discussão das reformas.

Segundo ele, todos têm que compreender que o Brasil tem 175 milhões de habitantes e que é preciso encontrar um ponto de equilíbrio. Ao participar da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Lula disse que as reformas não irão "prejudicar quem quer que seja" e que gostaria de vê-las aprovadas no Congresso até agosto ou setembro.

"Todos nós somos muito conservadores. Não é apenas a direita que é conservadora. Do ponto de vista das reformas, a esquerda também tem com-



Acordo

Berzoini deve se encontrar com governadores e sindicalistas na próxima semana para fechar as propostas do Governo para a reforma previdenciária

portamentos muito conservadores. Porque a gente não quer mudar nada às vezes. As pessoas têm medo de mudança. Têm medo do novo", disse Lula, lembrando que sua carreira política foi pautada justamente pela defesa de mudanças.

Reunião

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, terá encontros com alguns governadores e reunião com as centrais sindicais, marcada para a próxima segunda-feira, em São Paulo, para tratar das mudanças na Previdência.

De acordo com Berzoini, o

eixo da proposta do Governo está centrado em alguns pontos fundamentais: elevação da idade mínima para a aposentadoria do servidor público; aumento do tempo de permanência no serviço público para os trabalhadores que vieram da iniciativa privada; pensão para a viúva do servidor deverá ser limitada a 70%; criação do teto para aposentadorias no serviço público e fundo de pensão complementar (PL-9); e a cobrança da contribuição dos inativos.

Este último ponto ainda depende da decisão final do presidente Lula. Pode ser a

cobrança direta da contribuição para quem tiver aposentadoria acima do teto, idéia que prevalece no Planalto e entre os governadores. Ou pode ser instituída pela forma indireta, o chamado "benefício líquido", pelo qual os novos aposentados passarão a ganhar o equivalente ao salário líquido já descontada a contribuição previdenciária.

O ministro preferiu não fixar um valor para o teto e, para mostrar que a questão ainda não está fechada, disse que a posição de muitos governadores é pela taxação, sem o limite de teto algum. (AG) 介

A Reforma Previdenciária

Após reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, informou que a proposta de reforma previdenciária do Governo tem quatro pontos básicos:

Revisão do tempo de permanência no funcionalismo
Objetivo:
para ter direito à aposentadoria como servidor público

Hoje Proposta
é de passar para
10 anos 20 anos

Redução nos valores de pensões para viúvas e dependentes

Hoje
Correspondem ao salário integral
Passar a 70% do salário da ativa

Criação de novo teto para novas aposentadorias

Hoje
é de
R\$ 1.561

R\$ 2.400
+
um fundo de pensão para complementar os vencimentos (regulamentação do PL-9)

Mudança no pagamento do benefício da aposentadoria

Hoje

Corresponde ao salário bruto

O Governo quer reduzir o benefício

Ainda não há uma proposta fechada.
Berzoini informou que vai discutir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as centrais sindicais e os governadores se a aposentadoria será paga com o valor líquido do salário da ativa ou com desconto de 35%

Teto diferenciado

Berzoini disse também que:
Juízes
Militares e

Militares e integrantes do Ministério Público terão teto diferenciado do

Executivo. Só não foi decidido ainda se haverá um teto único reunindo todas essas categorias



Prazo
O consel

O conselho fecha questão sobre o tema antes do prazo

90 dias

dado pelo presidente Lula.

A Gazeta Ed. de Arte